

AS INTERFACES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE LARGA ESCALA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL.

Raphael Ribeiro Novaes ¹

Adriana de Almeida ²

RESUMO

A educação brasileira tem sido palco de intensas transformações nas últimas décadas. Governos, frequentemente, propõem políticas públicas e leis com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino, como as avaliações em larga escala. Todavia, nem sempre essas iniciativas alcançam a aplicabilidade desejada, especialmente, porque muitas delas se inserem em uma lógica gerencialista, que prioriza resultados quantitativos em detrimento dos complexos processos educacionais. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um exemplo dessas medidas, pois, ao combinar fatores como o desempenho na prova SAEB e as taxas de evasão escolar, ele traça um panorama do cenário educacional no país. Entretanto, uma análise meramente quantitativa da nota obtida, desacompanhada de uma compreensão qualitativa do perfil dos alunos, pode negligenciar dados cruciais para a formulação de políticas. O gerencialismo inerente a essas avaliações, frequentemente, falha em compreender a realidade multifacetada de Estados e municípios, onde fatores como a violência e desigualdades sociais impactam diretamente o cotidiano escolar e a capacidade de aprendizado dos estudantes. Diante desse cenário, este trabalho procura compreender como os resultados do IDEB influenciam na implementação de políticas públicas, seus parâmetros e métricas; discutir as contribuições de Shiroma e Evangelista (2015), Capocchi (2017) e Botelho (2021). A metodologia adotada é a revisão bibliográfica e documental. Serão analisados documentos, leis e dados relacionados aos sistemas de avaliações nacionais. Assim, o trabalho questiona se o IDEB é um parâmetro suficiente para mensurar a qualidade da educação brasileira, evidenciando a urgência de estudos aprofundados e críticos sobre os modelos de avaliação em larga escala e seus impactos. 3 em cada 10 brasileiros são considerados analfabetos funcionais. Contudo, dentre os jovens de 15 a 29 anos, os números são menores, com 84% considerados alfabetizados funcionalmente. Em parte, isso se deve a políticas públicas inclusivas, que buscam melhorar a valorização da educação.

Palavras-chave: avaliação em larga escala; IDEB; educação básica.

1 Mestrando pelo Curso de Educação PPGEdu (Processos formativos e desigualdades sociais) da UERJ/FFP – RJ, raphael.rn@hotmail.com

2 Professora do Programa de Pós-graduação em Educação PPGEdu (Processos formativos e desigualdades sociais) da UERJ/FFP. , adryanaalmeida@gmail.com



Introdução

A educação de qualidade é um direito garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1988) a todos os brasileiros de modo igualitário, cabendo ao Estado ofertá-la gratuitamente à população, o qual é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – (Brasil, 1996). Contudo, o Estado provedor que antes garantia diretamente o direito à educação por meio da oferta de escolas públicas, financiamento e políticas inclusivas já não vem mais fazendo a sua parte, a partir de uma transição para um modelo neoliberal, no qual passa a ter um papel mais regulador e avaliador, em vez de investidor e garantidor. Assim, um novo cenário vem surgindo no qual a educação pública corre riscos e enfrenta desafios. Refletir sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a fim de elucidar o que visa a avaliação em larga escala, seus parâmetros e métricas. Discutir as contribuições da avaliação em larga escala para a educação pública, refletindo sobre as lacunas relacionadas a esse tipo de avaliação. Analisar os dados relacionados aos índices de avaliações educacionais, bem como os documentos que orientam a educação do município de São Gonçalo.

Os objetivos deste estudo é compreender os fatores externos a escola que interferem nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Município de São Gonçalo. Como metodologia de pesquisa, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, remontando o cenário educacional no referido município e compreender os índices e resultados das escolas, assim, foram analisados artigos, teses e dissertações que abordem temáticas afins a este estudo, bem como documentos, leis e dados relacionados ao município analisado e ao sistema de avaliações nacionais em geral. O levantamento desses documentos foi feito a partir de busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e no site Google acadêmico. Também, serão observados dados do Ideb e do Saeb disponibilizados pelo INEP, publicados no site Qedu.

Shiroma e Evangelista (2015), destacam que as mudanças no cenário educacional são influenciadas por entidades como o Banco mundial. Esse organismo, interfere em aspectos técnicos, bem como aportes financeiros, transformando o sistema público de educação em um sistema de ensino, em parte dependente de aportes financeiros do setor privado. As autoras alertam para a supressão da palavra público



com vistas à ampliação das investidas do setor privado no âmbito da educação pública. Logo, destaca-se a necessidade de reforçar o papel do Estado de mantenedor da educação pública gratuita, a fim de esta se mantenha acessível a todos que desejarem ingressar nesse sistema.

De acordo com Chauí (1980, p. 25 *apud* Shiroma; Evangelista, 2015, p. 324): “[...] quando fazemos falar o silêncio que sustenta a ideologia, produzimos um outro discurso, o contra discurso da ideologia, pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava”. Nesse sentido, é preciso debater a realidade que avança sobre a educação, a qual visa a ampliação da influência do setor privado e o ensino voltado para formar mão de obra para o mercado de trabalho. Nas últimas décadas, em vez de ampliar o financiamento e melhorar a estrutura escolar, o governo foca na medição de desempenho (como avaliações em larga escala), atribuindo a responsabilização do sucesso ou fracasso mais sobre escolas e professores, e não sobre os governantes e suas políticas de educação. Assim, criam-se mecanismos como bonificações por desempenho, que favorecem escolas com melhores notas e aprofundam desigualdades.

Dessa forma, surge o que chamamos de clientelismo educacional quando políticas públicas são moldadas mais por interesses políticos do que pela real necessidade dos estudantes. No contexto das avaliações de larga escala, como o IDEB no Brasil, isso acontece com escolas cujos gestores priorizam melhorar as notas nas avaliações. O ensino passa a ser voltado para “treinar” os alunos para a prova, reduzindo a diversidade curricular Capocchi (2017). Algumas escolas excluem alunos de baixo desempenho para melhorar os índices, intensificando desigualdades. Isso reforça a lógica de mercado, na qual as escolas competem entre si, em vez de colaborarem para garantir uma educação de qualidade para todos.

Com esse modelo, a educação deixa de ser um direito social para se tornar mercadoria e passa a ser vista como um produto, não como um direito. Destaca-se que muitos pais e responsáveis buscam cursos e escolas para seus filhos com base em resultados, que tende a ser associados à qualidade de ensino (Capocchi, 2017). Nesse sentido, é necessária uma análise apurada a fim de garantir o acesso de todos à educação pública de qualidade, sem exclusão. Tem-se observado uma significativa expansão do ensino privado, bem como o incentivo à educação enquanto um serviço pago, parcerias público-privadas, em que o setor privado lucra com políticas educacionais, foco na



formação para o mercado de trabalho, reduzindo a educação ao ensino de habilidades técnicas, em vez de promover o pensamento crítico e a cidadania.

Nesse cenário, a educação deixa de ser um direito garantido pelo Estado e se transforma em um bem acessível apenas para quem pode pagar ou se adequar aos critérios estabelecidos pelos sistemas de avaliação, logo, a desigualdade social tende a aumentar, tendo em vista as barreiras estabelecidas entre os estudantes mais carentes e o acesso a um ensino de qualidade gratuito. As listas de espera das redes públicas municipais de ensino ressaltam o não acesso de todos à educação gratuita. Destaca-se que o acesso à rede federal de ensino e a algumas escolas da rede estadual do Rio de Janeiro ocorre por meio de sorteio ou prova. O que reafirma o não cumprimento do que é estabelecido na Constituição Federal (Brasil, 1988).

Avaliação em larga escala: economia de recursos ou forma de manipulação?

O Modelo educacional que prioriza eficiência e resultados medidos por testes, em vez de garantir equidade e qualidade no aprendizado para todos distorce as verdadeiras necessidades da educação. Vale ressaltar que a forma como a educação é ofertada a cada indivíduo diverge de acordo com cada região do país, não sendo alcançada com êxito por uma parte significativa da sociedade, a qual, por vezes, precisa superar diversos obstáculos para ter acesso a esse direito básico, tendo em vista o número reduzido de escolas em determinadas regiões do país. No Estado do Rio de Janeiro, estudantes precisam enfrentar a violência urbana para chegar ao colégio, demonstrando a falha por parte do poder público com esses indivíduos, em relação a sua segurança e permanência.

Destaca-se que a existência da vaga não garante a permanência do estudante na escola. Observando as evasões escolares, o governo federal criou o programa Pé-de-Meia através da Lei nº 14.818/2024, com o objetivo de incentivar a permanência e conclusão do ensino médio público. A lei foi publicada em 16 de janeiro de 2024 e regulamentada pelo Decreto nº 11.901 de 26 de janeiro de 2024. O programa funciona como uma poupança, oferecendo incentivos financeiros aos estudantes para garantir que concluam essa etapa de ensino. É importante ressaltar o papel da família em, não apenas matricular a criança, mas incentivá-la durante sua trajetória educacional.



Na sociedade atual, o conhecimento e o exercício de diversos direitos perpassam pela compreensão e interpretação deles, o que requer um nível educacional minimamente suficiente, afinal, só pode lutar por seus direitos aqueles que têm conhecimento sobre eles e acerca dos possíveis caminhos que levem a eles. Ademais, a proficiência de leitura influencia na compreensão dos direitos de forma geral. Os pais, muitas vezes, incentivam os filhos a irem mais longe nos estudos do que eles próprios puderam ir. Constantemente, os oprimidos são levados a crer que estão sendo protegidos, quando na verdade estão sendo manipulados por seus opressores, escondidos atrás de discursos em prol da educação para todos (Freire, 2005).

O conhecimento e a cultura, que provêm em grande medida da aprendizagem educacional, são essenciais para que o indivíduo possa exercer sua cidadania de forma plena. No entanto, a promessa do acesso à cultura precisa ultrapassar as barreiras do discurso. A educação não deve se restringir a uma preparação para o mercado de trabalho, mas avançar para a formação integral dos alunos de fato, resultando em cidadãos educados, formados e informados. Para Saviani (2013, p. 745),

[...] a educação, para além de se constituir em determinado tipo de direito, o direito social, configura-se como condição necessária, ainda que não suficiente, para o exercício de todos os direitos, sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos ou de qualquer outra natureza. Isso porque a sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria, assumindo a forma de uma sociedade de tipo contratual, substituiu o direito natural ou consuetudinário pelo direito positivo (Saviani, 2013, p. 745).

Assim, é necessário que uma educação eficiente seja ofertada para todos, visando à formação de cidadãos que possam ter uma boa colocação profissional, formação cultural, acesso ao conhecimento pleno e possibilidade de questionar acerca de seus direitos. Afinal, a escola não é apenas um lugar para aprender conteúdos, mas também é um espaço sociocultural de construção social no qual se busca “[...] resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição” (Dayrell, 2008, p. 136). Portanto, a educação vai além da matemática, história, geografia etc., pois a construção social do indivíduo acontece nesse espaço.

Adrião *et al.* (2013) destacam que o direito à educação deve estar atrelado a quatro elementos, a saber: disponibilidade, que consiste na oferta de vagas em quantidade suficiente para suprir a demanda educacional da população local; acessibilidade, relacionada a condições físicas econômicas e sociais reais de que os



alunos possam acessar a escola e continuar seus estudos; aceitabilidade, ou seja, uma educação que promova cidadania, igualdade de direitos, valores essenciais a formação do cidadão; adaptabilidade, para que as propostas político-pedagógicas supram as necessidades dos educandos quanto a seus direitos, de acordo com uma gestão escolar democrática que ouça a comunidade e o alunado.

Assim, as referidas características afiançam uma educação de qualidade voltada para um ensino com foco nos aspectos sociais e culturais. Vale ressaltar que é necessária uma mudança de foco, pois, atualmente, a educação está cada vez mais focada na avaliação de desempenho, prática bastante fomentada por políticos na tentativa de aliar a ideia de performance educacional a bons resultados, a fim de construir uma imagem de educação suficiente (Nosella, 2010). A realidade exitosa deve se basear na métrica real do conhecimento alcançado pelos discentes, afinal, a qualidade educacional deve ser relacionada a maior quantidade de alunos que adquiriram o conhecimento realmente.

Nesse contexto, o Ideb ganha destaque, pois é um indicador do desempenho de estudantes brasileiros, considerando elementos como taxa de evasão escolar e repetência, associados ao desempenho da prova Saeb, que verifica a proficiência de conhecimentos básicos da educação. Esse índice possibilita um desenho relevante do cenário educacional, mas é possível compreender o contexto da educação apenas com números, sem considerar as realidades diversas por todo o Brasil? A educação pública tomou os padrões mercadológicos, que se concentram em números sem considerar os indivíduos? Essas são perguntas pertinentes que precisam ser consideradas em uma reflexão acerca da qualidade educacional.

Refletir sobre o IDEB e elucidar os princípios da avaliação em larga escala, seus parâmetros e métricas é essencial para a compreensão de suas contribuições ou lacunas para o desenvolvimento da educação pública. Nesse sentido, a análise dos dados relacionados aos índices e os documentos que orientam a educação do município de São Gonçalo, constituem-se a centralidade desta pesquisa.

Ao observar o município de São Gonçalo, os resultados do Ideb de alunos do 3º ano do Ensino Médio da rede pública de ensino, no ano de 2021, evidenciam que o percentual de educandos cujo aprendizado está adequado em português é de 26% e de



matemática 2%³. Portanto, a aprendizagem de matérias essenciais a todo o desenvolvimento do indivíduo, seja na comunicação ou nas operações aritméticas cotidianas, está bem abaixo do razoável. Leher (2010) afirma que a educação tem cada vez mais atendido às demandas do capitalismo, sem que haja uma preocupação real com formação social do indivíduo. Esse pensamento vai ao encontro dessa realidade de verbas insuficientes aplicadas em uma educação mediana. A Educação Básica torna-se quase que uma formação básica para entrar no mercado de trabalho, nem sempre alcançando, de fato, a formação integral dos indivíduos.

O referido município tem apresentado resultados crescentes com relação ao Ideb, mas ainda bastante distantes do “ideal”. Segundo matéria publicada no jornal “O São Gonçalo” (2024), o município apresentou o terceiro maior índice de crescimento na última avaliação no ensino fundamental I, bem como o número de matrículas aumentou. Contudo, o cenário geral ainda é preocupante. Ainda consoante aos dados disponibilizados pelo INEP (2023), no que tange à leitura, 50% dos estudantes avaliados apresentaram o nível 1, o mais baixo. Novamente, nenhum estudante chegou ao nível máximo. Apenas 2% demonstraram um bom nível (nível 5) de leitura. Essa também é a realidade da educação brasileira em cenário internacional. Mais uma vez, alunos da rede particular obtiveram a melhor média (500) e os da região sul (427). São resultados alarmantes, que precisam ser observados para o estabelecimento de um plano de ação em busca de uma mudança desse cenário. Afinal, dentre os participantes, não houve resultado máximo e a maioria só chegou ao nível mínimo. Assim, internacionalmente a educação do Brasil ganha destaque negativo com esse estudo. No nível 1,

[...] os leitores conseguem entender o significado literal de frases ou passagens curtas. Os leitores nesse nível também conseguem reconhecer o tema principal ou o objetivo do autor em um pedaço de texto sobre um tópico familiar e fazer uma conexão simples entre várias informações adjacentes ou entre as informações fornecidas e seu próprio conhecimento prévio. Eles conseguem selecionar uma página relevante de um pequeno conjunto com base em avisos simples e localizar uma ou mais informações independentes em textos curtos. Os leitores do Nível 1a conseguem refletir sobre o objetivo geral e a importância relativa das informações (por exemplo, a ideia principal versus os detalhes não essenciais) em textos simples que contêm dicas explícitas (Brasil, 2019, p. 68 *apud* Mesquita, 2023, p. 11).

Vale ressaltar que

³ Dados disponibilizados por Saeb-INEP com base no ano de 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3304904-sao-goncalo> Acesso em: maio/2024.



Outra especificidade do PISA está no estabelecimento do conceito de “letramento”, que se refere à capacidade dos estudantes de aplicar conhecimentos em componentes curriculares estratégicos (leitura, matemática e ciências) e de analisar, raciocinar e comunicar eficazmente à medida que identificam, interpretam e resolvem problemas numa variedade de situações voltadas à efetiva participação nas sociedades modernas (Mesquita, 2023, p. 3).

No que tange à leitura, o conceito de letramento refere-se à capacidade de compreensão, avaliação, uso e reflexão acerca dos textos lidos (Brasil, 2019, p. 45 *apud* Mesquita, 2023, p. 10). Portanto, ao uso, aplicação e compreensão das informações obtidas com a leitura no que se refere ao cotidiano do indivíduo. A leitura é a decodificação das palavras e o letramento a contextualização relacionada à realidade do leitor. O fato de os alunos apresentarem um desempenho aquém do esperado em uma avaliação como essa remete a uma necessidade de rever a questão da leitura e do letramento na Educação Básica em busca de entender o que motivou tal desempenho, se há metodologias que possam contribuir para o conhecimento e para a melhora do desempenho do estudante. No entanto, ressalta-se o pensamento ainda presente em certas esferas da sociedade de que alunos devem ser formados para atenderem a demandas do mercado de trabalho e não ao desenvolvimento pessoal e, assim, não influenciem ou questionem as ações dos governantes, sem pensarem criticamente acerca da sociedade em que vivem e do cenário político atual (Leher, 2010).

Considerações Finais

Nessa pesquisa, demonstra-se a necessidade de uma relação dialógica, bem como do amadurecimento, desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, o que passa pelo contato entre docente e discente, a troca de experiências com os colegas e tantas práticas que não são aferidas em uma simples avaliação nacional, a qual sequer considera as diferentes realidades educacionais do Brasil. Ainda, não se pode esquecer que alunos têm interesses e habilidades diversas, não devendo ser avaliados apenas de forma única e padronizada em busca de um desenho real de um panorama educacional brasileiro, que demonstre a realidade dos municípios e os desafios cotidianos dos estudantes para se manterem na escola (Manacorda, 2007 *apud* Nosella, 2010).



Sob essa perspectiva, o Brasil precisa avançar no letramento relacionado às disciplinas avaliadas. Segundo Vasconcelos (2003 *apud* Barreto, 2009), a avaliação resulta na ideia de que não há perfeição, assim, é possível buscar a evolução da realidade apresentada. Portanto, essas avaliações demonstram a realidade imperfeita e alarmante que precisa ser aperfeiçoada com urgência, a fim de melhorar a formação dos alunos brasileiros. Tais resultados apontam o que precisa ser mais desenvolvido e cabe aos governantes encontrarem caminhos para sanar os pontos críticos da educação no Brasil. Contudo, no caso da educação pública, principalmente, o Novo Ensino Médio traz a redução de carga horária de disciplinas fundamentais a formação.

De acordo com Botelho (2021), é necessário compreender as variáveis locais, para definir o que é prioridade de acordo com quem vivencia a situação. Avaliações em larga escala, ao considerarem a especificidade local, auxiliam na montagem do cenário educacional brasileiro, e auxiliam os gestores municipais e escolares a compreenderem a situação educacional do seu alunado a fim de que se possa encaminhar verbas, desenvolver programas político-pedagógicos em prol da melhoria dos resultados.

Referências

- ADRIÃO, T. M. F. et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 134, p. 1-18, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>. Acesso em: abr. 2024.
- BARRETO, H. P. D. A avaliação em larga escala no Brasil: análise comparativa entre o SAEB e um sistema privado. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/926>. Acesso em: abr. 2024.
- BIAZUS, C. A. Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis. 2003. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- BOTELHO, N. A. O que o IDEB não vê? Desinvisibilizando as produções curriculares no ciclo de alfabetização. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/16367>. Acesso em: maio 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de



janeiro de 2024, que institui o Programa Pé-de-Meia. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório Brasil no PISA 2018*. Brasília, DF: INEP, 2019.

CAPOCCHI, E. R. Avaliações em larga escala e políticas de responsabilidade na educação: evidências de implicações indesejadas no Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 136-161.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resultados do Saeb e Ideb 2023*. Brasília, DF: INEP, 2023.

LEHER, R. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. (org.). *Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 29-72. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1344194>. Acesso em: abr. 2024.

MANACORDA, M. A. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MESQUITA, I. R. A. O que os estudantes brasileiros sabem e podem fazer: uma análise dos resultados do PISA. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora, v. 13, p. 1-18, e35224, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2023.v13.35224>. Acesso em: 2024.

NOSSELLA, P. A atual política para a educação no Brasil: a escola e a cultura do desempenho. *Revista Faz Ciência*, v. 12, n. 16, p. 37-56, jul./dez. 2010.

O SÃO GONÇALO. Educação de São Gonçalo apresenta crescimento no Ideb. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, 2024. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 1-20, set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000300006>. Acesso em: mar. 2024.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 10, n. 20, p. 1-15, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v10i20.2730>. Acesso em: abr. 2025.

